

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

22 de março de 2022



A janela partidária — prazo para que candidatos mudem de partido sem risco de perder o mandato ocorre em ano eleitoral — termina no início de abril. Por isso, a composição está mudando. O PL atingiu a marca de 63 deputados, tornando-se o partido com a maior bancada na Câmara.

A maioria dos novatos e novatas veio do União Brasil, resultado da fusão do DEM e do PSL. O União Brasil em 32 dias perdeu 16 deputados. No entanto, deve manter cerca de 50 parlamentares, ainda uma bancada expressiva. Carla Zambelli (SP), Major Fabiana (RJ), Chris Tonietto (RJ) e General Girão (RN) são nomes conhecidos aqui no Radar e que agora estão no PL.

Arthur Lira (PP/AL) decidiu aguardar o fim da janela partidária para liberar as emendas do Orçamento Secreto. É uma forma de garantir o controle dos benefícios do Centrão.

No último sábado (19), Lula fez uma agenda em um evento do MST no Paraná e aproveitou para criticar o Congresso Nacional. A atual composição seria *“talvez o pior Congresso que tivemos na história do Brasil”*. Ele afirmou ainda que a Câmara passou a governar o país por meio do orçamento secreto. Nós concordamos, mas não é de hoje que a composição assusta.

Há pelo menos três legislaturas vemos o crescimento das bancadas conservadoras e fundamentalistas. Em ano de eleições, é mais do que fundamental que juntemos esforços para renovar as chapas progressistas.

Talvez a esperança esteja nas mulheres jovens. Segundo pesquisa da FSB, a faixa etária de 16 a 24 anos é a que mais rejeita Bolsonaro. No entanto, é também o grupo que menos tem interesse em votar este ano.

Resultados da semana

14 a 18 de março

Foi publicada a [Lei 14214/2021 que Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual](#). Ela determina que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

Após meses de mobilização das parlamentares e organizações da sociedade civil, o veto da presidência foi derrubado e o programa estabelecido.

Também foi aprovado [PL 5091/2020](#), da deputada Soraya Santos (PL-RJ) que tipifica o crime de violência institucional. O PL altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019. Como já passou pelo Senado, o projeto vai pra Sanção.

No Senado, foi aprovado o [PL 557/2022](#), da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). O objetivo é garantir à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assegurar assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido. O substitutivo da Câmara ao PL foi aprovado sem modificações. Vai à sanção.

Foi aprovado o [PL 1529/2021](#), da deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública. Agora o projeto vai ao Senado.

E como o Congresso ainda estava mobilizado em torno da pauta das mulheres por causa do 8 de março, alguns projetos aprovados no Senado vão agora tramitar na Câmara:

- [PL 3946/2021](#), da Senadora Mailza Gomes, dispõe sobre o exercício da profissão de doula;

- [PL 3154/2019](#), do Senador Nelsinho Trad, altera a Lei Maria da Penha, para dispor sobre programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar em estabelecimentos de ensino.

Tivemos ainda a discussão da [PEC 18/2021](#), sobre recursos para candidaturas femininas, na Comissão Especial. Ela impõe aos partidos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres.

Também trata a aplicação de recursos desse fundo e do fundo de financiamento de campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas. A relatora é Margarete Coelho (PP-PI), que apresentou parecer pela aprovação da PEC, com emendas de supressão e de redação.

Para nós, mesmo com as modificações feitas pela deputadas, o Projeto mantém o retrocesso de liberação dos partidos que ainda não cumpriram a distribuição do fundo até a aprovação da PEC.

Em pauta na semana

21 a 25 de março

Deve entrar na pauta do Congresso o [PL 4251/2021](#), do deputado Bosco Costa (PL-SE), institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER). A relatora é a deputada Vivi Reis (PSOL-PA).

O Senado vota nesta semana mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar ([PL 1360/2021](#)) e o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher ([PL 4287/2020](#)). Haverá ainda a entrega do diploma Bertha Lutz a quem se destacou na defesa dos direitos das mulheres.

Novas propostas apresentadas

Reajuste salarial

PL 620/2022, do deputado Alexandre Frota (PSDB-SP), estabelece recomposição salarial para todos os trabalhadores do país. O PL estabelece reajuste salarial automático no salário dos trabalhadores inseridos na CLT, servidores públicos da administração pública direta, indireta e até mesmo terceirizados, assim como aposentados, pensionistas, beneficiários de auxílio-doença ou beneficiários da prestação continuada do INSS. O reajuste salarial seria baseado na inflação visando proteger o salário dos trabalhadores.

Indenização

PL 588/2022, dispõe sobre a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral para a mulher vítima de violência doméstica e familiar, e para tanto altera a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Do deputado Pinheirinho (PP/MG).

Pensão para crianças

PL 600/2022, institui pensão especial às crianças que perderam seus pais em decorrência da Covid-19. Do deputado José Nelto (PODEMOS/GO).

Alfabetização

PL 597/2022, cria o Programa Emergencial de Apoio à Recomposição das Aprendizagens de Alfabetização dos alunos de 2º. a 5º anos cuja aprendizagem foi comprometida pela paralisação das escolas nos anos de 2020 e 2021. Da deputada Marília Arraes (PT/PE).

ECA

PL 594/2022, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a metodologia para realização dos exames de triagem neonatal. Da deputada Aline Gurgel (REPUBLIC/PE).

Ficha limpa

[PLP 26/2022](#), institui a Ficha Limpa Sexual em Creches e Escolas, trata de hipóteses de perda do poder familiar e impõe requisitos aos conselheiros que tratam de crianças e adolescentes. Do deputado Pastor Eurico (PATRIOTA/PE). Ele também apresentou o [PL 589/2022](#), que institui medidas visando coibir o incentivo à pedofilia.

Estupro

[PL 638/2022](#), proíbe a nomeação, para cargos e empregos públicos, de pessoas condenadas pelo crime de estupro e de pessoas condenadas. É de autoria do Capitão Alberto Neto (PL/AM).

Vale a pena conferir!

5

A antropóloga Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília, defende que o feminismo deve transformar as perguntas que cercam o aborto e outros temas. [Vale a pena ouvir no Spotify.](#)

TV Câmara - Secretaria da Mulher debate [Mulheres Indígenas na Política: Avanços e Conquistas.](#)

Portal Catarinas - [Caso Alyne Pimentel completa 20 anos e história é contada em podcast](#)



Radarelaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).